

**XII Congresso Internacional
das Licenciaturas**

**“ESCÚCHAME EN ESPAÑOL” UM PROJETO INCLUSIVO DE ELABORAÇÃO DE
ÁUDIO LIVROS PARA APRENDIZAGEM DE ESPANHOL**

**“ESCÚCHAME EN ESPAÑOL” UN PROYECTO INCLUSIVO DE ELABORACIÓN
DE AUDIO LIBROS PARA APRENDIZAJE DE ESPAÑOL**

**“ESCÚCHAME EN ESPAÑOL” AN INCLUSIVE PROJECT FOR THE
PREPARATION OF AUDIO BOOKS FOR LEARNING SPANISH**

Apresentação: Comunicação Oral

Leonardo Santos Tome¹; JeremiasCleyton da Costa Silva²; Maria Trinidad Pacherez Velasco³

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.XII COINTERPDVL.0620>

RESUMO

Este trabalho objetiva socializar o desenvolvimento do projeto de fluxo contínuo aprovado no Edital nº 01/2025 – PROPI/RE/IFRN, intitulado ‘Escúchame, en español’ do campus Natal Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. O referido projeto busca contribuir com a elaboração e produção de áudio livros em espanhol disponíveis em espaço público para propiciar a inclusão de estudantes de licenciatura com pouca ou nenhuma visão que estudam língua espanhola no IFRN, ao tempo que esta ação venha fortalecer a formação de professores de espanhol nos processos de adaptação e criação de materiais acessíveis assim como na aprendizagem da língua. Este trabalho é de caráter exploratório e qualitativo com aplicação de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental que revisará de forma mais aprofundada a literatura a respeito da terminologia inerente à deficiência visual e inclusão, à legislação educacional e a produção de materiais didáticos no formato áudio livro que se configure como uma ferramenta de estudo para pessoas com pouca ou nenhuma visão. Espera-se com esta pesquisa, além de socializar a experiência em curso, estimular a produção de mais áudio livros, contribuindo assim com os processos de ensino e aprendizagem de espanhol como língua estrangeira, assim como significar uma aprendizagem do processo de adaptação e criação de materiais inclusivos que possam ficar disponíveis para a sociedade interessada nestes.

Palavras-Chave: Áudio livro, Aprendizagem de Espanhol, Deficiência visual, Formação de professores.

RESUMEN

Este trabajo objetiva socializar el desenvolvimiento del proyecto de flujo continuo aprobado en el Edicto nº 01/2025 – PROPI/RE/IFRN, intitulado ‘Escúchame, en español’ del campus Natal Central del *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*. El referido proyecto busca contribuir con la elaboración y producción de audio libros em español disponibles em espacio público para propiciar la inclusión de estudiantes de licenciatura con poca o ninguna visión que estudian lengua española em el IFRN, al mismo tiempo que esta acción venga a fortalecer la formación de

1 Licenciatura em Letras Português-Espanhol, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, leonardosantostome@yahoo.com.br

2 Licenciatura em Letras Português-Espanhol, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, jeremiascleyton0008@gmail.com

3 Doutora em *Análisis del discurso de lengua española*, Universidad de Salamanca-ES e Mestrado em Estudos da Linguagem - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, maria.velasco@ifrn.edu.br



profesores de español en los procesos de adaptación y creación de materiales accesibles, así como en el aprendizaje de la lengua. Este trabajo es de carácter exploratorio y cualitativo con aplicación de técnicas de investigación bibliográfica y documental que revisará de forma más profunda la literatura respecto a la terminología inherente a la deficiencia visual e inclusión, a la legislación educacional y a la producción de materiales didácticos en el formato audio libro que se configure como una herramienta de estudio para personas con poca o ninguna visión. Se espera que esta investigación, además de socializar la experiencia en curso, estimule la producción de más audio libros, contribuyendo así con los procesos de enseñanza y aprendizaje de español como lengua extranjera, así como significar un aprendizaje del proceso de adaptación y creación de materiales inclusivos que puedan estar al alcance de la sociedad interesada en estos.

Palabras Clave: Audio libro, Aprendizaje de español, Deficiencia visual, Formación de profesores.

ABSTRACT

This work aims to publicize the development of the continuous flow project approved by Public Notice No. 01/2025 – PROPI/RE/IFRN, entitled "Escúchame en español", from the Natal Central campus of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Rio Grande do Norte. The project seeks to contribute to the development and production of audiobooks in Spanish available in public spaces to facilitate the inclusion of undergraduate students with limited or no vision who study Spanish at IFRN. This initiative will also strengthen the training of Spanish teachers in the processes of adapting and creating accessible materials, as well as in language learning. This exploratory and qualitative work will apply bibliographic and documentary research techniques. It will conduct a more in-depth review of the literature regarding the terminology inherent to visual impairment and inclusion, educational legislation, and the production of teaching materials in audiobook format that serve as a study tool for people with limited or no vision. It is hoped that this research will not only share the ongoing experience but also stimulate the production of more audiobooks, thus contributing to the teaching and learning processes of Spanish as a foreign language, as well as signifying learning about the process of adapting and creating inclusive materials that can be made available to the society interested in them.

Keywords: Audiobook, Spanish Learning, Visual Impairment, Teacher Training.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as várias mudanças nos documentos que normatizam e orientam a educação brasileira fizeram com que o ensino de língua espanhola fosse da ascensão à queda, uma oscilação mais no ensino básico. Em 2005, a Lei nº 11.161, conhecida como Lei do Espanhol, significou um grande avanço no ensino desse idioma no Brasil, tornando obrigatória a sua oferta no Ensino Médio da escola pública. Essa obrigatoriedade demandou mão de obra qualificada e impulsionou a abertura de diversos cursos de formação de professores em espanhol no Brasil. A visibilidade da língua ampliou o debate sobre a sua importância, aliada ao fato de o idioma ser a língua oficial da maioria dos países que fazem fronteira com o Brasil.

No entanto, em 2016, a Medida Provisória nº 746 revoga a Lei nº 11.161 e torna a oferta da língua espanhola optativa. Essa medida provisória então é convertida na Lei nº 13.415/2017, também conhecida como a Lei de Reforma do Ensino Médio, que altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e coloca em foco a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) na qual a oferta de ensino de espanhol ficou determinada como de oferta optativa, privilegiando a língua inglesa como única obrigatória.

A pesar desse cenário da educação básica brasileira, a língua espanhola foi e continua



sendo objeto de escolha profissional por um público diverso típico e atípico para os quais a instituição de ensino superior pode não estar preparada com materiais que possam fazer acontecer o processo de ensino-aprendizagem, neste caso do som da língua espanhola e que pode ser atendido com áudio livros, por exemplo.

Dito isto, este trabalho se propõe socializar o desenvolvimento dos trabalhos do projeto de fluxo contínuo aprovado no Edital nº 01/2025 – PROPI/RE/IFRN, intitulado ‘Escúchame, en español’ do campus Natal Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, no intuito de plasmar a experiência inédita no que vá realizado no projeto mencionado.

Com a finalidade de lograr o nosso objetivo, este trabalho enquadra-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa y de caráter bibliográfica e documental. Bibliográfica para apropriação das bases teóricas que amparariam uma pesquisa voltada para um objetivo abrangente no que tange ao público beneficiado e documental para ter amparo legal a respeito de questões de inclusão e de criação / elaboração de recursos de ensino e aprendizagem novos.

Entendendo que a aprendizagem da língua estrangeira na formação docente se sustenta na formação pedagógica e específica, esta última nas bases do som, da escrita, da estrutura, do significado e da práxis da língua em que esse futuro professor vai atuar, ou esse aprendiz vai aplicar na sua aprendizagem, acreditamos que é preciso ter acesso a diversos estímulos e formas de se preparar para fazer uso satisfatório da língua bem seja para a docência quanto para o uso de pessoas típicas e atípicas, assunto que é de direito da diversidade humana interessada nessa língua estrangeira.

Diante desse contexto é que surgiu essa inquietação nos perguntando se a elaboração de materiais didáticos de uso pedagógico e com viés inclusivo na forma de áudio livro, em espanhol, poderia beneficiar o processo de ensino e aprendizagem dessa língua para pessoas, em específico as atípicas com deficiência parcial ou total de visão. Ainda foi possível visualizar a oportunidade de contribuir no fortalecimento da formação de professores de espanhol na hora de conhecer melhor os processos de adaptação e criação de materiais acessíveis de áudio para a aprendizagem da língua espanhola ou até mesmo para propiciar o simples prazer de ouvir obras da literatura hispânica.

Acreditamos na importância deste projeto e dos possíveis produtos e desdobramentos que possam se gerar a partir desta iniciativa, na expectativa de que com esta pesquisa seja possível contribuir, também de forma inclusiva, com os processos de ensino e aprendizagem de espanhol como língua estrangeira, assim como significar uma aprendizagem do processo de adaptação e criação de materiais inclusivos que possam ficar disponíveis para a sociedade



interessada nestes.

Nos procedimentos metodológicos relataremos as metas e atividades já atendidas no desenvolvimento do projeto mencionado e nos resultados alcançados até o presente momento conseguimos visualizar desafios para realizar as gravações de forma final e a toma de decisões que nortearam os seguintes passos no que tange à escolha das obras e dos colaboradores para realizar as gravações.

Esperamos com a divulgação deste trabalho socializar este projeto de forma que estimule em outras instituições se somar a ações semelhantes e que se venha contribuir com materiais didáticos inclusivos, públicos, em específico na elaboração de áudio livros em espanhol, como resposta às dificuldades que enfrentam as pessoas com baixa ou nenhuma visão que estão em formação docente de língua espanhola em instituições de ensino superior.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de atingir o respaldo teórico da nossa pesquisa “Escúchame, en español” do IFRN, delimitamos como temas para leituras mais profundas os seguintes: terminologia inerente à deficiência visual, inclusão, produção de materiais de áudio, adaptação de obras da literatura hispânica, ética e direitos autorais, legislação educacional e contribuição para o ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira a partir da audição de obras gravadas na língua alvo.

Neste tempo de andamento do projeto temos atingido leituras profundas sobre terminologia inerente à deficiência visual e inclusão, legislação educacional e produção de materiais de áudio, que são os pontos que aqui vamos compartilhar.

2.1 TERMINOLOGIA INERENTE A DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

Embora demorou, no mundo como um todo, chegou-se na feliz concordância de que havia a necessidade de regulamentar as diversas formas de referir-se à diversidade da natureza do ser humano buscando respeito e valorização, sendo uma delas a de Salamanca (1994) que está em vigor no mundo. Diante de um capacitismo bastante presente na Sociedade vem se falando mais sobre o assunto e o Governo Brasileiro, por meio de seus diversos organismos, tem publicado, na forma de leis, diretrizes e estatutos, terminologia específica para nominar as diferentes deficiências do ser humano.

E para começar este estudo delimitamos o conceito de capacitismo que segundo o Grupo Nacional de Direitos Humanos; et al. (2024, p.7), diz que é:

Discriminação ou preconceito contra pessoas com deficiência, pautada na



construção social de um corpo padrão, sem deficiência, denominado como “normal” e na subestimação das capacidades e aptidões das pessoas em virtude de suas deficiências.

Trata-se de conduta vedada pelo artigo 4º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/2015 e tipificada como crime pelo artigo 88 da mesma norma legal.

E ainda sobre capacitismo, se apresentam as formas de discriminação chamadas ‘capacitismo médico’ quando as pessoas com deficiência são chamadas ou entendidas como pessoas doentes; o ‘capacitismo recreativo’ quando se refere a brincadeiras e piadas de mau gosto relacionadas com deficiências, gerando falas depreciativas, algo ainda comum na atual sociedade; e por fim, o ‘capacitismo institucional’ quando há prática de políticas e estruturas organizacionais que mantêm a exclusão ou discriminação de pessoas com deficiência gerando hostilidade e falta de condições para a valorização e respeito de pessoas com deficiência. (GNDH; et al. 2024, p.7)

Termos como “Deficiente; portador de deficiência; pessoa com necessidades especiais; diferentemente capacitado; defeituoso; incapaz; especialzinho; inválido; anormal; aleijado, maneta; surdo; especial de rodinhas; mongol, retardado; dowzinho, esquisito, problemático, dentre muitos outros, segundo GNDH; et al. (2024, p.9) nunca devem ser utilizados para referir-se de forma respeitosa a pessoas com deficiência, e sim, manter apenas “pessoa com deficiência”, de modo geral; da mesma forma para referir-se a pessoas com baixa ou nenhuma visão, sempre deve se falar ‘Pessoa com deficiência visual’, apenas.

Ao falarmos de pessoas com deficiência visual neste trabalho como um dos beneficiários desta pesquisa, achamos pertinente contemplar a terminologia aplicada pelo GNDH; et al. (2024, p.18-22), como: acessibilidade; acessibilidade curricular; adaptação curricular; autonomia; barreira; comunicação alternativa e aumentativa (CAA); deficiência; desenho universal; direitos humanos; equidade; estigma; inclusão; legislação; participação social; Plano educacional individualizado (PEI); preconceito; recursos de tecnologia assistiva; respeito à diversidade; atendimento educacional especializado (AEE), Sala de Atendimento Educacional Especializado (Sala de AEE) e sensibilização para a inclusão, que são apresentadas a continuação:

- **Acessibilidade:** princípio que visa garantir que ambientes, produtos, serviços e informações sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais, cognitivas ou de mobilidade.



- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigos 53 a 71.
- Decreto no 5.296/2004, que regulamenta as Leis no 10.048/2000 e no 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.
- **Acessibilidade curricular:** é a garantia de que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou dificuldades, possam ter acesso ao currículo escolar.
- **Adaptação Curricular:** ajustes feitos no currículo escolar para atender às necessidades específicas de aprendizagem de alunos com deficiência, garantindo sua participação na educação.
 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei no 9.394/1996, Artigo 59.
 - Resolução CNE/CEB no 4/2009, Artigo 5o.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigos 27 e 28.
- **Autonomia:** capacidade de uma pessoa com deficiência de tomar suas próprias decisões e controlar sua vida, com apoio quando necessário.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigos 2o e 84.
- **Barreira:** qualquer obstáculo que impeça ou dificulte a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, como falta de rampas, ausência de interpretação em Libras, entre outros.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigo 3, IV.
- **Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA):** estratégias e recursos que ajudam pessoas com dificuldades de comunicação a se expressarem, como símbolos, sistemas de comunicação eletrônica, entre outros.
- **Deficiência:** condição física, sensorial, intelectual ou mental que pode limitar a atividade e a participação plena e efetiva na sociedade.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigo 2o.
- **Desenho Universal:** abordagem que busca criar produtos, ambientes e serviços que sejam utilizáveis por todas as pessoas, sem necessidade de adaptações.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigos 3o, II, 55 e 58.



- Lei No 10.098/2000, Artigo 2o, X.
- **Direitos Humanos:** enfatiza que as pessoas com deficiência tenham os mesmos direitos fundamentais que todas as outras.
- **Equidade:** conceito que vai além da simples igualdade de oportunidade. Envolve a criação de condições justas e adaptadas às necessidades individuais, para garantir que todos, independentemente de suas deficiências, possam participar plenamente na sociedade.
- **Estigma:** efeito negativo associado a características percebidas como diferentes ou desvalorizadas pela sociedade, como a deficiência, resultando em discriminação e exclusão.
 - Lei no 7.716/1989, Artigo 1o, pode embasar a compreensão.
- **Inclusão:** princípio que defende a participação plena e igualitária de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, em todos os aspectos da sociedade.
 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei no 9.394/1996, Artigo 58.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigos 1o, 27 a 30 (educação).
- **Legislação:** conjunto de leis e normas que garantem os direitos das pessoas com deficiência, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão, sendo as principais:
 - Constituição Federal do Brasil, Artigos 5o, 6o, 7o, 23, 24, 37, 203, 204, 208, 227 e 244.
 - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015.
- **Participação Social:** engajamento ativo e igualitário das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida em sociedade, como trabalho, educação, vida política, cultural e lazer.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigo 33.
- **Plano Educacional Individualizado (PEI):** documento que define os objetivos, recursos e estratégias pedagógicas necessárias para atender às necessidades educacionais de uma pessoa com deficiência. Plano Educacional Individualizado (PEI) é um documento elaborado pelo professor para acompanhar o processo de aprendizagem



e desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais específicas. O PEI é uma ferramenta essencial para a promoção da igualdade de oportunidades para alunos.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei no 9.394/1996, Artigo 59.
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigos 3, VI, 28.
- **Preconceito:** juízo de valor negativo baseado em estereótipos e generalizações, que pode resultar em discriminação contra pessoas com deficiência. Constituição Federal do Brasil, Artigo 3o, IV.
- **Recursos de Tecnologia Assistiva:** dispositivos, equipamentos e sistemas que facilitam a vida e a inclusão de pessoas com deficiência, como cadeiras de rodas, leitores de tela, entre outros. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigo 3o, inciso III.
- **Respeito à Diversidade:** reconhecimento e valorização das diferenças individuais, promovendo uma cultura de respeito e inclusão.
 - Constituição Federal do Brasil, Artigo 3o, IV.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigo 1o.
- **Atendimento Educacional Especializado (AEE):** tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.
- **Sala de Atendimento Educacional Especializado (Sala de AEE):** é um ambiente educacional suplementar, equipado e organizado para oferecer suporte multifuncional e especializado a estudantes que possuem demandas e necessidades de suportes educacionais específicas. Este espaço é gerido por professores especializados, que utilizam recursos multifuncionais pedagógicos e estratégias adaptadas para promover o



aprendizado e a inclusão dos alunos no contexto escolar.

- **Sensibilização para a Inclusão:** processo de conscientização e educação sobre as necessidades, direitos e potencialidades das pessoas com deficiência, visando combater o preconceito e promover a inclusão.
 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei no 13.146/2015, Artigos 1o e 8o.

Resulta impressionante como a pesquisa inerente à terminologia inerente a ‘deficiência e inclusão’ nos ilustra e atualiza na forma como conviver melhor entre pessoas típicas e atípicas, acreditamos que este tipo de informação seria de crucial importância y conhecimento para todo ser humano.

2.2 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE INCLUSÃO E ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA

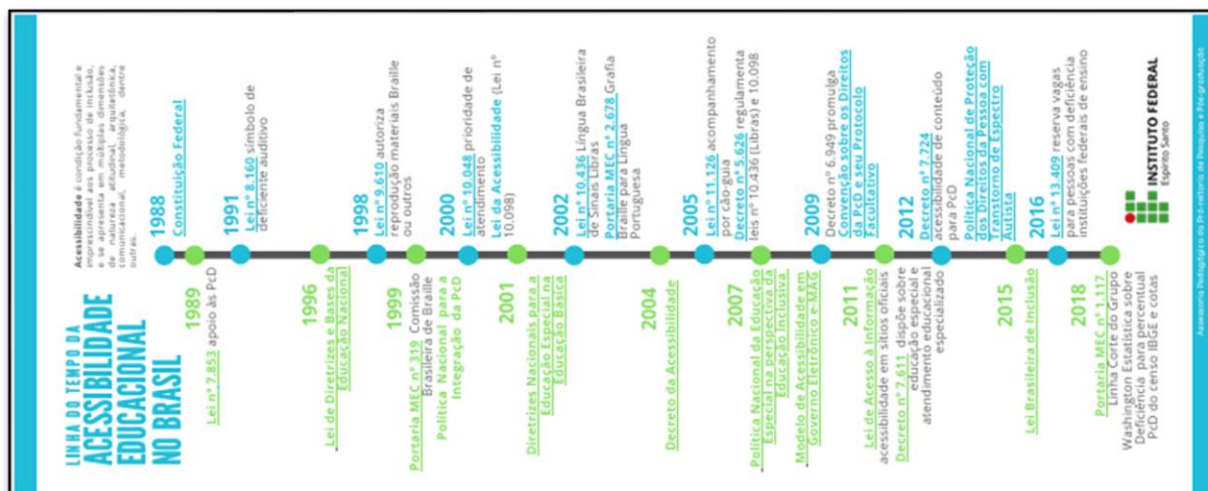
Ao debruçarmos sobre legislação educacional e ensino inclusivo para pessoas com deficiência visual, optamos por abordar a Reforma do Ensino Médio (Brasil 2017) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) por estarem em vigor. Não obstante, não descartamos a possibilidade de tratar em pontos importantes para a nossa pesquisa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996).

No que tange ao ensino de língua espanhola, faremos um curto percurso englobando a Lei do Espanhol, nº 11.161/2005 (BRASIL, 2005) e também a BNCC com o que tentaremos justificar a razão de elaborar recursos para todos aqueles que se interessem em formar-se na docência de espanhol ou quem simplesmente tem interesse de cultivar essa língua.

A linha do tempo de Acessibilidade educacional no Brasil elaborada pelo Instituto Federal de Espírito Santo (IFES, 2023), figura 01, tem sido um excelente e eficiente guia para localizarmos no tempo no que tange ao tema de inclusão e acessibilidade neste trabalho.



Figura 01: Linha do tempo de Acessibilidade educacional no Brasil



Fonte: Instituto Federal de Espirito Santo⁴

Com a referida linha do tempo resultou bastante didático e pedagógico localizar-se na história da acessibilidade e inclusão no Brasil. E partimos da Constituição Federal de 1988 na qual, já há dois artigos, o 208-III e o 227-II que contemplavam atendimento especializado e programas para “pessoas portadoras de deficiências” no geral:

Art.208 – III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art.227 - II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. [\(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010\)](#)

De acordo com Silva (2023, p.12-16), em 1958 houve campanha do Governo para pessoas com deficiência atendendo primeiro aos brasileiros surdos na Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB) como o início de uma construção de políticas públicas para a Educação Especial. Posteriormente foi a vez da Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC) por meio do Decreto Federal nº48.252 de 31 de maio de 1960. Com essas campanhas

⁴ Linha do tempo de Acessibilidade educacional no Brasil. IFES. Disponível em: prppg.ifes.edu.br Acesso em 15/07/2025.



implementadas, Silva (2003) afirma que:

Enquanto as primeiras campanhas eram implementadas, entidades públicas e filantrópicas, como a APAE e a Pestalozzi, pressionaram pela inclusão de um capítulo sobre educação para pessoas com deficiência na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961. Nesse documento, destacam-se as expressões "educação de excepcionais" mencionadas em dois artigos (88 e 89).

TITULO X –Da Educação de Excepcionais

Art.88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los à comunidade.

Art.89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação dos excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimo e subvenções

Entre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 e a Lei Brasileira de Inclusão, um lapso de dezenove anos, muitos logros foram sendo paulatinamente implementados para as pessoas com deficiências ou atípicas no geral o que se considera desde todo ponto de vista, um verdadeiro progresso humano no país, coroado com a Lei 13.409 cujo teor diz da reserva de vagas para pessoas com deficiência em instituições federais de ensino.

O documento oficial em vigor que rege o ensino básico brasileiro é a Base Nacional, Comum Curricular (BNCC-2017), na qual consta um artigo que menciona as pessoas com deficiência:

Art. 9º As instituições ou redes de ensino devem intensificar o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, garantindo condições de acesso e de permanência com aprendizagem, buscando prover atendimento com qualidade.

A história da legislação brasileira conta inúmeros passos dados que podiam ter sido mais breves ou menos sofridos, no entanto, tudo que hoje deve ser propiciado em prol do indivíduo com deficiência deve ser feito, daí a inquietação de contribuir.



2. 3 APRENDIZAGEM DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA A PARTIR DA AUDIÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS

Segundo Meireles (1984), a prática de contar e ouvir histórias é ancestral, assim mesmo é a autoria de contos na tradição oral que termina sendo de autoria coletiva pelas alterações que cada narrador faz na sua reprodução, originando diferentes versões mudando o local, a época, o ambiente, dentre muitos outros aspectos o que pode significar numa língua estrangeira benefício na sua aprendizagem.

Para Walter Benjamin (1993) a ‘narrativa tradicional’ oral é responsável pela transmissão de ensinamentos nas sociedades arcaicas e acredita na chegada da ‘morte da narrativa’:

[...] a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. [...] É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (Benjamin, 1993, p.197-198).

E é nessa direção apontada por Benjamin (1993) que a iniciativa de produzir ‘literatura oral’ ou áudio livros que este projeto cria estímulo para realizar um trabalho que possa dar suporte a pessoas interessadas na aprendizagem de língua espanhola, podendo favorecer a estudantes de diversos níveis, em diversas modalidades de ensino, e para a diversidade humana que manifeste vontade de aprender espanhol.

A equivalência terminológica no século XIX de um áudio livro pode-se dizer que foi a que Paul Sébillot outorgou em 1881 no seu livro francês *Littérature Orale de la Haute-Bretagne*, correspondendo à Literatura Oral, expressão que designava um conjunto de textos em prosa e verso transmitidos oralmente, sejam contos, lendas, mitos, adivinhações, provérbios, parlendas, cantos, etc., não obstante a discussão surgida devido ao uso do termo ‘literatura’ cuja origem latina vinha da palavra *littera* que significava ‘letra’, se terminou identificando com as origens da literatura escrita, convencendo-se assim o uso do termo ‘literatura’ a expressões identificadas com a arte verbal. (Souza-Ceale, 2025)

Já no Brasil, foi em 1876, com a publicação de ‘O selvagem’ do general Couto de Magalhães, que se registra a primeira ‘literatura oral’, porém o termo ‘literatura oral’ só aparece por primeira vez em 1952 no livro ‘Literatura Oral no Brasil’ escrito por Luis da Câmara Cascudo que virou referência para os estudos sobre as produções orais no Brasil ao ponto de considerar-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) valorização da cultura oral como



forma de iniciar o aluno no mundo da escrita e apresentando perspectivas teórico-metodológicas que envolviam narração e escuta de histórias.

Pelo dito, o termo ‘literatura oral’ é conceituado como a expressão utilizada para designar um conjunto de textos em prosa e verso transmitidos oralmente [...] e que se apresentam de modo diferente do falar cotidiano.

2.4 PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE ÁUDIO

O perfil do nosso projeto é de caráter prático e colaborativo, consistindo na criação de um produto que possa ser utilizado como médio de aprendizagem linguístico e cultural de língua espanhola por todos os públicos e em específico pensado para aquelas pessoas com deficiência visual.

Thomas Edison com a sua invenção do fonógrafo, segundo Barbosa (2014), viu como um possível uso de sua nova invenção em 1878:

Livros podem ser lidos por um recitador profissional disposto à caridade, ou por leitores especialmente empregados para esse propósito, e as gravações do tal livro pode ser usadas em asilos para cegos, hospitais, quartos de convalescentes, ou até em grande benefício e entretenimento para a senhora ou senhor cujos olhos e mãos podem estar de alguma outra maneira em uso; (...) (Edison, 1878, p.533 apud Barbosa, 2014, p.27)

Devido a dificuldades de comercialização, a gravação e reprodução de som, não avançou até não chegarem as novas tecnologias digitais a finais do século XX. Nos Estados Unidos, na década de 1980 se popularizou o formato áudio livro tendo a fundação da Audio Publishers Association (APA) em 1987, único órgão comercial de audiolivros. Na atualidade possui o mais importante mercado de audiolivros no mundo, enquanto que no Brasil, pouco a pouco foram logrando espaço no mercado editorial tendo sucesso o surgimento do recurso chamado ‘audiodescrição’ que consiste na descrição literal de tudo que pode ser visto.

Na atualidade, os áudio livros visam atender a toda pessoa interessada de alguma forma no formato e para diferentes finalidades, como por exemplo fortalecer a oralidade e melhorar a pronuncia de uma pessoa que estuda uma língua estrangeira e não apenas para pessoas com deficiência visual.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica como básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos úteis



para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais”. A nossa proposta é investigar para poder executar, ou seja, apropriarmos dos fundamentos teóricos para podermos elaborar um produto que vai em prol da inclusão e da formação de professores de espanhol do IFRN, ainda se dá, na hora em que procuramos aprofundar a compreensão da inclusão de pessoas com pouca ou nenhuma visão, interessadas na aprendizagem de língua espanhola através de áudio livro. Gil (1991).

Ainda de acordo com Gil (1991), o perfil desta pesquisa cobra a abordagem qualitativa quando temos por objetivo contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência na formação de professores de espanhol que procuram melhorar a pronuncia da língua espanhola a partir da audição, tendo acesso a áudio livros em espanhol produzidos a partir de obras originais e/ou adaptadas, pois, como dito por Gil “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa e não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas”.

O campo de pesquisa se concreta ao âmbito da inclusão e da formação de professores de língua espanhola dos cursos de licenciatura de Letras do Campus Natal Central do Instituto Federal de Rio Grande do Norte.

As técnicas de pesquisa aplicados nesta pesquisa foram bibliográfico e documental, e, de início, estão compostos por literatura teórica que sustenta a terminologia inerente à inclusão, à aprendizagem de língua Espanhola e a produção de materiais de áudio. A pesquisa documental aplicada está voltada para leis, programas, resoluções dentre outros tipos de documentos importantes para a discussão de nossos resultados e venham nos mostrar a realidade existente.

Quanto aos procedimentos de pesquisa no projeto “Escúchame em español”, temos:

1. Elaboração do cronograma de trabalho. Atendido
2. Distribuição dos temas de pesquisa. Atendido
3. Levantamento bibliográfico e documental I. Atendido
4. Levantamento bibliográfico e documental II. Em execução;
5. Formulação da fundamentação teórica a respeito do tema Inclusão, deficiência visual e elaboração de audiolivros. Atendido parcialmente.
6. Formulação dos critérios para a escolha da obra para áudio livro. Atendido
7. Apropriação da teoria da elaboração de um áudio livro. Atendido parcialmente.
8. Preparação logística para as gravações de audiolivro. Atendido
9. Primeiros Testes e anotações da experiência. Atendido
10. Socializar informações e resultados das primeiras experiências na produção de audiolivro. Em execução.



4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos preparativos para postular a edital de pesquisa institucional, procuramos averiguar se nas bibliotecas do IFRN havia disponibilidade de áudio livros em espanhol de obras clássicas e/ou premiadas internacionalmente, bem seja na sua originalidade ou mesmo adaptadas, pensadas para pessoas de baixa ou nenhuma visão. A pesquisa mostrou a inexistência deste tipo de materiais nas bibliotecas do IFRN/CNAT, fato que incentivou o propósito neste trabalho de produzir áudio livros, pois o avaliamos como importante por possibilitar acessibilidade à informação, nesse formato, de obras clássicas em espanhol que contribuam na formação de pessoas com baixa ou nenhuma visão ou apenas interessados na audição em espanhol a fim de aprimorar a sua pronúncia na língua alvo.

Diante disso, a nossa busca de áudio livros estendeu-se para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e para a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)., ambas públicas e confirmamos a inexistência de áudio livros de obras em espanhol disponível ao público.

Diante desses resultados e da relevância no acesso a materiais do tipo do áudio livro em espanhol para a formação de professores de espanhol do IFRN, justifica-se e impulsiona à realização deste trabalho. Além disso, acreditamos no impacto social que este trabalho tem, pois não somente propiciaria benefícios na aprendizagem da língua para pessoas com deficiência visual, mas também permitiria aos envolvidos nesta pesquisa se desafiar na hora de apropriar-se do processo e dos procedimentos para a elaboração de um audiolivro, vendo esta fase como momentos de aprendizagem na hora da adaptação e criação de materiais acessíveis que podem ser utilizados por muitos outros professores na sua sala de aula e estudantes na sua aprendizagem.

No intuito de gravar, procuramos informações técnicas no setor de audiovisuais institucional (IFRN) onde fomos informados da certeza de poder gravar em estúdio o nosso áudio livro. A gravação pode ser realizada numa ilha de edição que são salas acústicas pequenas com computador e microfone onde se pode gravar áudio.

De posse dessa informação, fizemos testes de gravação utilizando o nosso telefone celular, a modo de preparação, porém se mostrou limitado para essa finalidade. Além disso, houve interferências externas durante as primeiras tentativas, o que exigiu adaptações no ambiente até que fosse possível ser feita uma gravação mais limpa.

Para a gravação do áudio de um minuto e cinquenta segundos foram selecionados os quatro primeiros parágrafos do capítulo 2 “Las medias de los flamengos” do livro Cuentos de



la selva, de Horacio Quiroga. Ao longo de três dias, foram realizadas várias tentativas de registro desse trecho, sempre com o propósito de aperfeiçoar a pronúncia, a fluência e a entonação em espanhol. Antes de cada gravação, foram feitas leituras prévias, para identificar pausas e sinais de pontuação e planejar o ritmo de leitura a ser seguido.

Durante o processo de gravação, foi notada a dificuldade recorrente da pronúncia de /r/ “R” em espanhol, provocando reinícios frequentes. Ficou claro que as leituras prévias ajudaram a reconhecer o texto, mas não foram suficientes, por si só, para consolidar uma voz de leitura mais segura, com entonação e ritmo adequados. Assim, cada nova gravação tornou-se um exercício de escuta e de ajuste, ao ouvir o resultado, eram identificados e corrigidos aspectos da fala para melhorar o desempenho na gravação seguinte.

Com esse método, a leitura e a fala houve uma tentativa de naturalidade. Além de treinar a leitura e a pronúncia em espanhol, essa experiência trouxe aprendizados. As repetições, por fim, resultaram em um registro mais fluido e natural, sinalizando um progresso real no desempenho oral, mas, com erros perceptíveis e melhorias a serem feitas.

5. CONCLUSÕES

Neste trabalho tem sido possível perceber a relevância do embasamento teórico para melhor relizar qualquer iniciativa, pois se constatou que a terminologia inerente à inclusão é fundamental para uma valorização do outro.

Foi possível perceber em dados concretos que nenhuma das instituições públicas de ensino superior do Estado (IFRN, UFRN e UERN) tinham no seu acervo nas suas bibliotecas qualquer audio livro de obras em espanhol disponível para o público.

Acreditamos que a iniciativa de criar audio livros venha sim a atender pessoas com deficiência visual no seu momento de formação em língua espanhola e concluímos que é de muita relevância contar com materiais do tipo áudio livro em espanhol para a formação de professores de espanhol do IFRN.

Além disso, acreditamos no impacto social que este trabalho tem, pois não somente propiciaria benefícios na aprendizagem da língua para pessoas com deficiência visual, mas também permitiria aos envolvidos nesta pesquisa se desafiar na hora de apropriar-se do processo e dos procedimentos para a elaboração de um audiolivro, vendo esta fase como momentos de aprendizagem na hora da adaptação e criação de materiais acessíveis que podem ser utilizados por muitos outros professores na sua sala de aula e estudantes na sua aprendizagem



REFERÊNCIAS

AQUINO, Sabine. No ar: o “**livro falado**”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. Anais... Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0759-1.pdf>>. Acesso em 22 de outubro de 2019.

BARBOSA, R. O. (2013). **Um olhar sobre o audiolivro e as materialidades de seus suportes – da performance do corpo aos primeiros livros falados**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. Anais... Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-sonora/um-olhar-sobre-o-audiolivro-e-as-materialidades-de-seus-suportes-2013-da-performance-do-corpo-aos-primeiros-livros-falados>>. Acesso em 07 de maio de 2025.

BENJAMIN, W. (1983). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 6a ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. (2015). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei no 13.146/2015.

BRASIL. 1988. **Constituição Federal do Brasil: Artigos que garantem direitos fundamentais às pessoas com deficiência**. ISBN: 978-65-5676-185-5 (PDF).

BRASIL. **Diretrizes Operacionais Da Educação Especial Para O Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192

CASCUDO, L. da C. (2015). **Literatura oral no Brasil**. São Paulo: Editora Global.

CASCUDO, L. C. (1984). **Dicionário do folclore brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia.

CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS; Grupo Nacional de Direitos Humanos; Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com deficiência; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Amapá e Ministério Público do Estado de São Paulo. (2024). **Linguagem inclusiva. Comunicação acessível Enfrentamento ao capacitismo**. São Paulo.

GLOSSÁRIO CEALE – **Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores**. ISBN: 978-85-8007-079-8. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/literatura-oral>. Acesso em 05/05/2025.

MEIRELES, C. (1979). **Problemas da Literatura Infantil**. 2ª ed. São Paulo: Summus.

QUIROGA, Horacio. **Cuentos de la selva**. Ilustrado por Enrique Flores. Madrid: Anaya Infantil y Juvenil, 2005. 112 p. (Tus Libros - Selección).

